



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
887/2021

Folha _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS RP n.º 011/2021
PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2021 PROCESSO INTERNO N.º 887/2021

A **PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ**, Estado de São Paulo, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º. 46.638.714/0001-20 com sede na Rua Sete de Setembro, n.º 701, Centro, Tremembé/SP, CEP 12.120-000, devidamente representada por seu Prefeito, Sr. **Clemente Antonio de Lima Neto**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade n.º 19.211.848-1 SSP/SP e inscrito no CPF sob n.º 085.190.158-16, de ora em diante designado **CONTRATANTE**, considerando a homologação da licitação em 04/03/2021, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de Pregão em epígrafe, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei n.º 8.666/93 e suas alterações e 10.520/2002, do Decreto Municipal n.º 4.352/2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

Os dados do fornecedor mais bem classificado no resultado da licitação (fornecedor registrado nesta Ata) são os que seguem:

DETENTORA (S):

Denominação: LIFE CORP DO BRASIL EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 14.369.691/0001-00, com Inscrição Estadual n.º 688.181.136.112, sediada na Rua Francisco Barreto Leme n.º 1191, Vila São Geraldo, Cep: 12061-600, Taubaté/SP, Fone: (12) 3432-2222, e-mail: atendimento@lifecorpdobrasil.com.br, neste ato representado por seu sócio Sr. **Paulo José Lousada**, brasileiro, casado, empresário, portador do RG n.º 8.443.860 SSP/MG, CPF n.º 263.331.828-26, residente e domiciliado a Rua Carlos Drumond de Andrade n.º 598, Campos do Conde, Tremembé/SP.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. A presente ata constitui documento vinculativo, obrigacional e com característica de compromisso para futura contratação, e tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES, POR CHAMANDA, POR AMBULÂNCIA DE SUPORTE AVANÇADO, COM MOTORISTA E EQUIPE ESPECIALIZADA, DOTADA DE ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA VIDA E EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO ANEXO I do edital do pregão que é parte integrante desta ata, assim como a proposta vencedora e o Termo de Ciência e Notificação, independentemente de transcrição.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS E QUANTITATIVOS

2.1. Os preços registrados, a descrição resumida do objeto, a quantidade fixada e as demais condições ofertadas na proposta do fornecedor são as que seguem:



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
 (Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
 (Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº
887/2021

Folha _____

LOTE	DESCRIÇÃO	MUNICÍPIO DESTINO	VALOR DA VIAGEM/IDA R\$	CHAMADA ESTIMADA	VALOR TOTAL ESTIMADO DO TRECHO		
Único	Transporte de ambulância de suporte avançado (tipo D)	Taubaté	R\$ 681,72	62	R\$ 42.266,64		
	Transporte de ambulância de suporte avançado (tipo D)	São José dos Campos /SP	R\$ 1.204,02	27	R\$ 32.508,60		
	Transporte de ambulância de suporte avançado (tipo D)	Pindamonhangaba	R\$ 790,27	5	R\$ 3.951,35		
	Transporte de ambulância de suporte avançado (tipo D)	Caraguatatuba	R\$ 1.861,07	3	R\$ 5.583,21		
	Transporte de ambulância de suporte avançado (tipo D)	São Paulo	R\$ 2.202,48	3	R\$ 6.607,44		
	Transporte de ambulância de suporte avançado (tipo D)	Outros Municípios	Valor fixo de partida	Distância Média estimada	Valor km/rodado	Chamada estimada	Valor total
			R\$ 681,72	315	R\$ 4,35	3	R\$ 2052,76
VALOR TOTAL							R\$ 92.970,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO

3.1. A presente Ata implica em compromisso de fornecimento, após cumprir os requisitos de publicidade, ficando o FORNECEDOR obrigado a atender a todos os pedidos efetuados pela Prefeitura Municipal, durante sua vigência, dentro dos quantitativos fixados, conforme tabela(s) constante(s) da Cláusula Segunda.

3.1.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

3.2. O compromisso de entrega e execução dos serviços estará caracterizado mediante a assinatura de CONTRATO entre o FORNECEDOR e a CONTRATANTE, observadas as disposições desta Ata de Registro de Preços e do Edital do Pregão e seus anexos.

3.2.1. A Autorização de Fornecimento tem força de contrato, por força do estabelecido no art. 62 "caput" da Lei 8.666/93, com suas posteriores alterações.

3.2.2. Os serviços serão executados mediante chamados, por demanda, através de servidor, funcionário designado pela Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé.

3.2.3. As condições gerais da execução dos serviços, tais como as de entrega e recebimento do objeto, assim como as especificações técnicas dos itens registrados e as obrigações das partes que compõem este Registro de Preços, encontram-se definidas no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

3.2.4. O fornecedor que, convocado, recusar-se injustificadamente em confirmar o recebimento da Autorização de Fornecimento no prazo de **01 (um) dia útil após o recebimento**, poderá sofrer as sanções previstas pela inexecução do ajuste.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº
887/2021

Folha _____

3.3. O responsável pelo recebimento fará a conferência da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) podendo, se for o caso, recusá-la parcialmente ou totalmente, caso a mesma apresente discrepância ou não atenda às especificações descritas no termo de referência.

3.4. Na respectiva Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) deverá constar a descrição do item, naquilo que couber, com as informações mínimas: marca, quantidade, valor. Estas deverão ser correspondentes àquelas apresentadas na sua proposta.

3.5. Em caso de falta do produto ofertado, **quando for o caso**, conforme proposta e pedido na AF, o fornecedor poderá ofertar marca ou produto similar e/ou superior, **requerendo antecipadamente** a autorização da Secretaria solicitante.

3.5.1. Não serão aceitas trocas de marca/produto sem a prévia e expressa autorização da Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. O prazo de vigência desta Ata de Registro de Preços é de até **12 (doze) meses**, contados a partir da data da assinatura do Termo de Contrato, da emissão da Autorização de Fornecimento ou da emissão da Ordem de Serviço.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** a partir do recebimento da nota fiscal devidamente aprovada pela área solicitante, por meio de depósito em conta corrente indicada pela empresa Contratada. Para entrega do objeto deverá ser emitida a Nota Fiscal Eletrônica, que deverá ser encaminhada para o e-mail a ser indicado na respectiva Autorização de Fornecimento.

5.2. Quando for constatada qualquer irregularidade na Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), será imediatamente solicitado ao contratado a pertinente regularização, que deverá ser encaminhada a esta Prefeitura Municipal no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**;

5.2.1. Caso a Contratada não apresente a regularização no prazo estipulado, o prazo para pagamento será recontado, a partir da data da sua efetiva apresentação.

CLÁUSULA SEXTA – OBRIGAÇÕES DA(S) DETENTORA(S)

6.1. Entregar, nas condições previstas no Edital do **PREGÃO Nº 011/2021** e seus anexos e nesta Ata, os produtos e serviços objeto deste ajuste.

6.2. Substituir no prazo ajustado, após notificação, do(s) serviço(s) recusado(s).

6.3. Ficar responsável pelas operações de transporte, seguro, carga e descarga.

6.4. Manter durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

7.1. Cumprir o prazo fixado para realização do pagamento.

7.2. Indicar o funcionário responsável pelo acompanhamento deste Registro de Preços.

7.3. Permitir acesso dos funcionários da DETENTORA ao local determinado para a entrega dos materiais.

7.4. Comunicar à DETENTORA sobre qualquer irregularidade na entrega do material.

7.5. Fiscalizar a execução dos serviços contratados, a fim de verificar se estão sendo observadas as especificações e demais requisitos previstos em contrato e no instrumento convocatório.

7.5.1. Indicar o servidor (a) Sra. **Silvana Aparecida Motta como Gestor** (a) da Ata de Registro, e o responsável pela fiscalização da Ata de Registro na Secretaria de Saúde a servidora Sra. **Valentina Azevedo Martins**, para fins de controle, administração e gerenciamento da utilização desta Ata de Registro de Preços, assim como os procedimentos operacionais prévios à formalização da contratação entre a prefeitura Municipal e o FORNECEDOR, nos termos do disposto no artigo 67 e parágrafos da Lei 8.666/93;



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº
887/2021

Folha _____

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a Autorização para Fornecimento; deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame; ensejar o retardamento da execução de seu objeto; não manter a proposta; falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; cometer fraude fiscal; ou desatender aos prazos constantes deste instrumento convocatório, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, poderá ficar impedido de licitar e contratar com essa Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas enumeradas abaixo e das demais cominações legais:

8.2. No caso de descumprimento total ou parcial de qualquer das obrigações assumidas na Ata de Registro de Preços, inclusive em relação às regras sobre entrega do material, previstas no Edital e seus Anexos, o Órgão Gerenciador poderá, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, e observado o devido processo legal, aplicar ao FORNECEDOR REGISTRADO as seguintes sanções administrativas, segundo a gravidade da falta cometida:

I - Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos;

II - Multa moratória de 0,1 % (um décimo por cento) a 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso sobre o valor total dos itens correspondentes às solicitações autorizadas e que tenham relação com a mora identificada, até o limite máximo de 15% desse valor. Após 10 (dez) dias de mora, a Administração poderá optar pela manutenção da sanção de multa (até seu limite máximo) somada com a sanção de rescisão unilateral, com as penalidades daí decorrentes;

III - Multa compensatória de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total dos itens correspondentes às solicitações autorizadas e que tenham relação com a irregularidade apurada, no caso de inadimplemento total da obrigação ou, no caso de inadimplemento parcial, de forma proporcional à obrigação inadimplida;

IV - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

V - Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;

VI - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o FORNECEDOR REGISTRADO ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

8.3. As sanções previstas na presente Cláusula não afastam eventuais outras sanções ou medidas administrativas previstas na legislação aplicável.

8.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao FORNECEDOR, observando-se os procedimentos previstos nas Leis nº 8.666/93, e 10.520/02, e, subsidiariamente, o Decreto Municipal nº 4.352/2013.

8.5. A autoridade competente, quando da aplicação e dosimetria das sanções, levará em consideração, na fixação do percentual da sanção aplicável, dentre os limites máximos e mínimos abstratamente previstos à hipótese, a gravidade e recorrência da conduta do infrator, a suficiência à reprimenda da infração, o oferecimento de risco ao usuário, o dano causado, bem como o caráter educativo/pedagógico da pena, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

8.6. As sanções decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

8.7. O pagamento dessas multas não exime a adjudicatária da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Contratante.



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal nº 3.452/2009)

Proc. nº
887/2021

Folha _____

8.8. As multas, calculadas como acima, deverão ser recolhidas no prazo de dez dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por esta Administração e poderão, alternativamente, ser inscritas em Dívida Ativa para cobrança executiva ou cobradas judicialmente.

8.9. Em caso de possível atraso na entrega do material por fato superveniente à vontade da Contratada, esta deverá solicitar, por escrito, no prazo de 2 (dois) dias úteis antes da data final, contados do prazo estabelecido inicialmente, a prorrogação do prazo de entrega por igual período, ou seja, por no máximo mais 3 dias úteis.

8.10. As decisões relacionadas a multas, penalidades e advertências, bem como, as notificações dessas decisões, serão publicadas em Diário Oficial do Município, disponível na página: www.tremembe.sp.gov.br e encaminhadas via e-mail para as empresas sancionadas, garantindo o direito de ampla defesa, a contar da confirmação de recebimento da decisão.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. Em observância às disposições do Decreto Municipal nº 4.352 e alterações posteriores, o registro do fornecedor será cancelado quando este:

9.1.1. Descumprir as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços;

9.1.2. Não assinar o termo de contrato ou acusar o recebimento da Autorização de Fornecimento no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

9.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666/93, ou no art. 7º da Lei nº 10.520/02.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa. 9.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento desta Ata, devidamente comprovados e justificados:

9.3.1. por razão de interesse público; ou

9.3.2. a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. O foro competente para toda e qualquer ação decorrente da presente Ata de Registro de Preços é o Foro da Comarca de Tremembé, Estado de São Paulo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos participantes.

Estância Turística de Tremembé, 10 de março de 2021.


CLEMENTE ANTONIO DE LIMA NETO
PREFEITO MUNICIPAL


LIFE CORP DO BRASIL EMERGÊNCIAS
MÉDICAS LTDA – ME
PAULO JOSÉ LOUZADA

14.369.691/0001-00

LIFE CORP DO BRASIL
EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA
Rua Francisco Barreto Leme, 1191
Vila São Geraldo - CEP: 12062-001

TAUBATÉ - SP
Página 5



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
887/2021

Folha _____

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ

CONTRATADA: LIFE CORP DO BRASIL EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA - ME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º RP-011/2021

REF.: PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES, POR CHAMANDA, POR AMBULÂNCIA DE SUPORTE AVANÇADO, COM MOTORISTA E EQUIPE ESPECIALIZADA, DOTADA DE ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA VIDA E EQUIPAMENTOS DE SALVAMENTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO ANEXO I, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

ADVOGADO: Rodrigo Cardoso - OAB/SP n.º 244.685

E-mail: rodrigocardoso.adv@hotmail.com

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução n.º 01/2011 do TCE/SP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que forem tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n.º 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCE/SP - CadTCE/SP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções n.º 01/2020, conforme "Declaração (ões) de Atualização Cadastral" anexa(s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e conseqüente publicação.

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Estância Turística de Tremembé, 10 de março de 2021.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO OU DA ENTIDADE:

Nome: Clemente Antonio de Lima Neto

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 085.190.158-16

Assinatura: _____

Página 6



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE TREMEMBÉ
(Lei Estadual n.º 8.506 de 27 de dezembro de 1993)
"PAÇO MUNICIPAL VEREADOR RENATO VARGAS"
(Lei Municipal n.º 3.452/2009)

Proc. n.º
887/2021

Folha _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Clemente Antonio de Lima Neto

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 085.190.158-16

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Clemente Antonio de Lima Neto

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 085.190.158-16

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: Paulo José Lousada

Cargo: Sócio

CPF: 263.331.828-26

Assinatura: _____

14.369.691/0001-00

LIFE CORP DO BRASIL
EMERGÊNCIAS MÉDICAS LTDA

Rua Francisco Barreto Leme, 1191
Vila São Geraldo - CEP: 12062-001

TAUBATÉ - SP